



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007267-52.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **NATALIA FERNANDA MONTE**
 Requerido: **Angloschool Stenquerviche & Calça Ltda Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter-se matriculado em curso de informática ministrado pela ré, frequentando-o regularmente durante o ano de 2014.

Alegou ainda que em 2015 fez o pagamento da mensalidade de janeiro, mas deixou de quitar as demais porque a ré não formava turma de que pudesse participar.

A ré, em contraposição, salientou que a autora desistiu espontaneamente do curso e não mais pagou as mensalidades a seu cargo, havendo de suportar a multa prevista no instrumento firmado para que se implementasse a sua rescisão.

Observa-se, portanto, que há duas posições nos autos: a da autora, imputando à ré a responsabilidade pela rescisão do contrato porque não lhe disponibilizou turma para frequentar (o que a isentaria da multa respectiva), e a da ré, que atribuiu à autora a desistência de participar do curso.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

No cotejo das mesmas, e considerando que incide à hipótese a regra do art. 6º, inc. VIII, do CDC (como, aliás, ficou expressamente consignado no despacho de fl. 54), reputo que assiste razão à autora.

Com efeito, a ré em momento algum amealhou elementos de convicção seguros que denotassem que ela desde o início do ano de 2015 ofereceu turmas (ou módulos) para que a autora pudesse participar.

O argumento de que não conseguiu contato com a autora não atua em seu favor, porquanto independentemente disso poderia coligir provas de que era possível a frequência da autora e dessa maneira fulminaria o fato constitutivo do direito invocado pela mesma, vale dizer, não ter formado nenhuma turma para que tivesse acesso.

Nesse contexto, poderia a ré oferecer a relação de turmas que teve desde o início de 2015 e demonstrar pelos módulos já realizados pela autora que era viável a ela dar seguimento aos estudos, mas não o fez.

Inexistem dados materiais que respaldem a versão da ré e o isolado depoimento da testemunha Flávia Rocha Putnoki não se afigura bastante para firmar a certeza de que o argumento único da autora para embasar sua postulação não corresponderia à realidade.

A conjugação desses elementos, aliada à falta de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rescisão do contrato sem ônus para a autora, tornando definitiva a decisão que excluiu a sua negativação pela inadimplência da multa, pois esta não teria sentido.

Entretanto, a autora não faz jus à restituição do valor pago à ré na medida em que ele representou contraprestação pelas aulas que frequentou.

Tendo-o como devido, não se pode conceber sua devolução, até porque se tal sucedesse a autora seria beneficiada com curso, frequentado ao menos parcialmente, gratuito.

Por fim, destaco que deixei de dar ciência à autora quanto aos documentos de fls. 81/83 porque eles concernem a matéria que não foi controvertida ao longo do feito.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes e a inexigibilidade de qualquer débito daí derivado a cargo da autora, especialmente da multa rescisória que lhe foi imputada.

Torno definitiva a decisão de fl. 16/17, item 1.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 02 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**